

# Os Determinantes da Participação da Mulher na Força de Trabalho em Moçambique, 2014/15

Yonesse Paris <sup>a</sup>

<sup>a</sup> UNU-WIDER, Helsinki, Finlândia.

## Abstracto

A equidade de género e a redução da pobreza proporcionam motivos para advogar por um aumento na participação feminina na força de trabalho. O presente trabalho procura identificar os determinantes da participação da mulher na força de trabalho, em Moçambique usando os dados do inquérito ao orçamento familiar 2014/15. Para o alcance deste objectivo foi usado o modelo *probit*. Os resultados obtidos sugerem que os determinantes mais importantes da participação da mulher na força de trabalho em Moçambique são: o rendimento do agregado familiar, o nível de educação da mulher, a idade da mulher, ter a chefia do agregado familiar, o estado civil da mulher e a província em que a mulher habita.

**Palavras-chave:** Força de trabalho, Mulher.

## 1. Introdução

A equidade de género e a redução da pobreza proporcionam motivos para advogar por um aumento na participação feminina na força de trabalho (Jaumotte, 2003). O quinto objectivo de desenvolvimento sustentável é a equidade de género.

Moçambique é um país em vias de desenvolvimento e nas alíneas d e h da Constituição da República de Moçambique, de 16 de Novembro de 2004, estão postulados como objectivos fundamentais do estado moçambicano:

- “A promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país” e
- “O desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica”

A participação da mulher na força de trabalho é um importante condutor do crescimento e do desenvolvimento económico (Verick, 2014). A participação feminina na força de trabalho é um factor importante do desenvolvimento económico (Oluwaseyi, 2013). Uma alta taxa de participação feminina na força de trabalho é fundamental para a construção da capacidade para o crescimento económico e redução da pobreza (Banco Mundial, 2009). Uma alta participação das mulheres na força de trabalho pode ser uma fonte de crescimento inclusivo e de bem-estar (Sorsa, et al., 2015).

Participam na força de trabalho todos os indivíduos que tenham no mínimo 16 anos, tenham estado a trabalhar por pelo menos uma hora em troca de salário ou que tenham estado a trabalhar 15 horas em um emprego não remunerado (como a machamba familiar), que tenham sido temporariamente suspensos do seu emprego, bem como todos os indivíduos desempregados mas que tenham estado activamente a procura de emprego, no período de quatro semanas antes da semana em referência (Borjas, 2013). Segundo Ehrenberg e Smith (2012) participam na força de trabalho todos os indivíduos com mais de 16 anos de idade, que estejam empregados ou a espera de serem chamados após terem sido dispensados ou ainda activamente procurando emprego. No presente estudo, considera-se como idade mínima para entrar na força de trabalho a de 15 anos de idade [e não 16 como mostram as definições de Borjas (2013) e Ehrenberg e Smith (2012)], uma vez que se cumpridas as condições previstas no Artigo 23 da Lei nº 23/2007 de 1 de Agosto, jovens com idade compreendida entre 15 e 18 anos podem trabalhar, em Moçambique.

Os fundamentos da teoria moderna da participação da mulher na força de trabalho foram colocados por Mincer (1962). Os economistas tradicionalmente analisam a oferta de trabalho usando o modelo neoclássico de alocação do tempo ou o modelo de trabalho-lazer, que é uma extensão do problema de maximização da utilidade da teoria do consumidor (Munoz, 2007). Becker (1965) foi o pioneiro da teoria neoclássica de alocação do tempo<sup>1</sup>. Em seu estudo, ele considera os agregados familiares como sendo produtores, assim como consumidores. Ele explica que os indivíduos valorizam o seu tempo, de acordo com as suas preferências para maximizar a sua utilidade e assim decidem se participam ou não, comparando o valor do seu tempo no mercado de trabalho com o valor do seu tempo em actividades fora do mercado. Uma vez que normalmente é esperado que as mulheres sejam donas de casa, o valor que ela coloca no seu tempo em casa (em actividades fora do mercado de trabalho) é maior que o valor do seu tempo no mercado (Forgha & Mbella, 2016). Killingsworth e Heckman (1986), citando Mincer (1962, 1963), declaram que as mulheres têm mais alternativas para o uso do seu tempo – trabalho de mercado, trabalho em casa e lazer – do que os homens, que normalmente dividem o seu tempo entre apenas duas coisas, trabalho de mercado e lazer. Segundo Killingsworth e Heckman (1986), o modelo de alocação do tempo dá uma base teórica larga que estava ausente dos modelos de oferta de trabalho convencionais.

Para Zeilstra (2008), analisar a decisão de participar na força de trabalho é diferente de analisar a decisão de trabalhar. Enquanto horas de trabalho é uma variável contínua, a nível individual, a decisão de trabalhar é uma variável de decisão binária. Elhorst e Zeilstra (2007) declaram que a nível micro, a decisão de participar no mercado de trabalho pode ser considerado como uma variável diatónica, que toma valor de 1 se a decisão tomada foi de participar e 0, se a decisão tomada foi de não participar.

Nesta ordem de ideias, a realização deste estudo assenta na necessidade de se identificar o que determina a decisão da mulher de participar na força de trabalho, para que então seja possível a implementação de políticas específicas que irão aumentar a participação da mulher na força de trabalho. A decisão de realização deste estudo também é movida pelo facto de não existirem

---

<sup>1</sup> A teoria de alocação do tempo foi também exposta por Gronau (1977), Heckman (1978), Killingsworth (1983) e Becker (1991).

estudos empíricos que procuram identificar os determinantes da participação da mulher na força de trabalho em Moçambique. O objectivo geral do presente estudo é analisar os factores que determinam a participação da mulher na força de trabalho.

O capítulo 2 descreve a participação da mulher na força de trabalho em Moçambique. O capítulo 3 descreve a metodologia usada e o capítulo 4 apresenta os dados usados no presente estudo. O capítulo 4 apresenta os resultados obtidos e o capítulo 5 apresenta as conclusões que se podem tirar do estudo realizado.

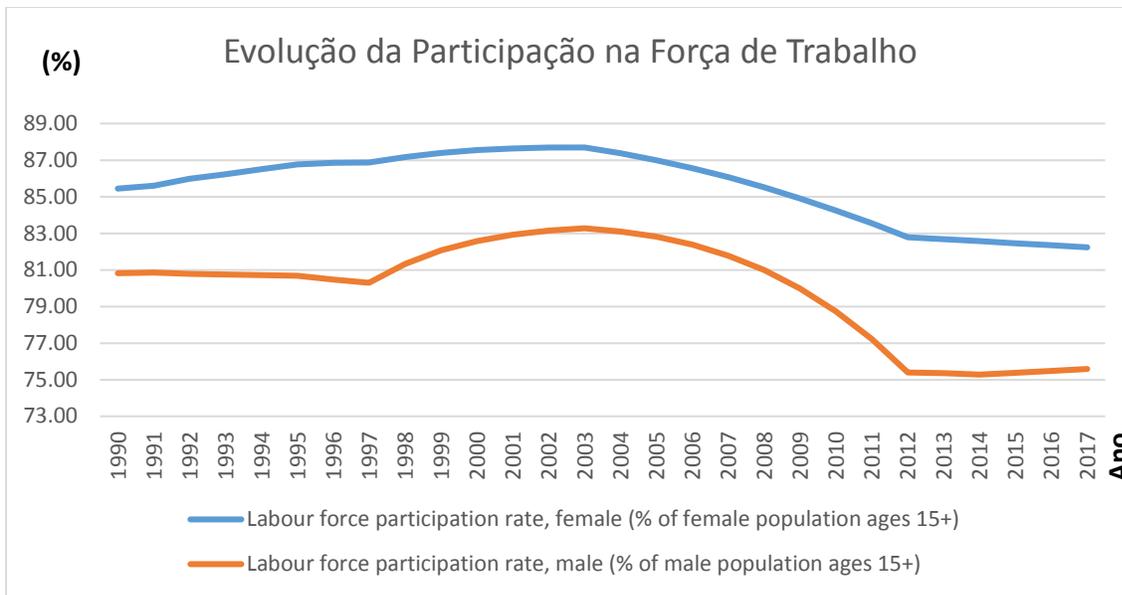
## **2. A Participação da Mulher na Força de Trabalho em Moçambique**

A taxa de participação da mulher na força de trabalho em Moçambique, como mostra a figura 1, teve uma tendência crescente entre 1990 e 2003, passando de 85,45% a 87,69% e uma tendência decrescente entre 2003 e 2017, passando de 87,69% a 82,23. Em todo o período (de 1990 a 2017), a taxa de participação da mulher na força de trabalho foi mais alta do que a participação do homem na força de trabalho, em Moçambique. Em média, a taxa de participação feminina na força de trabalho média foi de 85,56%. Na figura 2 é possível verificar que nos três pontos no tempo (1990, 2003 e 2016), as taxas de participação feminina na força de trabalho estão entre as taxas mais altas da SADC<sup>2</sup>. Moçambique e Madagáscar nos três pontos no tempo tiveram taxas de participação feminina acima de 82%. Em 1990 e em 2003, a Tanzânia teve as maiores taxas de participação feminina, no entanto, a taxa caiu para 74%, em 2016. Comores apresenta as taxas mais baixas, nos três pontos no tempo (27,2%; 31,5% e 35,5%). Para além de Comores, Swazilândia, Maurícias e África do Sul apresentam nos três pontos no tempo, taxas de participação feminina na força de trabalho inferiores a 50%.

Figura 1: Evolução da Participação na Força de Trabalho, em Moçambique

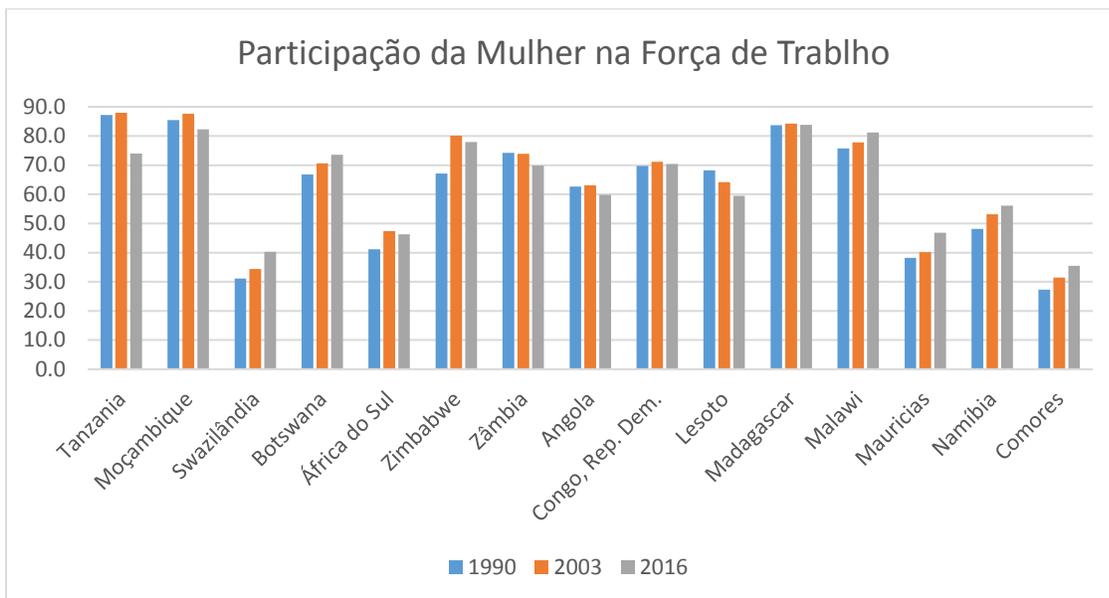
---

<sup>2</sup> *Southern African Development Community*. Em Português: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral



Fonte: WDI (2017)

Figura 2: A participação da Mulher na Força de Trabalho em Países da SADC



Fonte: WDI (2017)

As taxas padrão de participação feminina na força de trabalho pintam apenas parcialmente a figura que representa o trabalho feminino. Mais importante é perceber a qualidade do emprego no qual as mulheres se encontram (Verick, 2014). Na tabela 1, é possível verificar que em 2004/5, 87,3%

das mulheres ocupadas encontravam-se a trabalhar no ramo da agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura (uma proporção superior a dos homens, de 58%) e 7% das mulheres se encontravam no ramo de comércio e reparação de veículos. Nas tabelas 2 é possível verificar que até 2014/5 esta realidade não mudou muito. Na tabela 2 podemos verificar que em 2014/15, 83,1% das mulheres se encontrava a trabalhar no ramo da agricultura, silvicultura e pesca (contra 65,1% de homens no mesmo ramo) e 8,5% das mulheres se encontrava a trabalhar no ramo de comércio e finanças. Assim sendo, 91,6% das mulheres se encontravam a trabalhar nestes dois ramos.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> No mesmo relatório (INE, 2016) é possível ver que das mulheres ocupadas, 65,1% delas se encontra a trabalhar por conta própria sem empregados, 25,5% é trabalhador familiar sem remuneração e 1,6% trabalha por conta própria e tem empregados. As remanescentes encontram-se a trabalhar na administração pública, autarquias locais, empresas (pública e privada), cooperativa, instituições sem fins lucrativos e casa particular. Assim sendo, 90,6% das mulheres se encontram nas primeiras duas posições no processo laboral (conta própria sem empregados e trabalhador familiar sem remuneração), que normalmente são associadas com o trabalho informal.

Tabela 1: Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade, segundo características seleccionadas, Moçambique 2004/05

Ramos de Actividade	Características Seleccionadas	
	Mulheres	Homens
Agricultura, Pecuária, Caça, Pesca e Silvicultura	87,3	68
Indústria Extractiva	0	0,6
Indústria Transformadora	1,2	5,4
Energia, Água e Construção	0,1	2,6
Comércio e Reparação de Veículos	7	11,7
Trasporte e Comunicações	0,1	1,6
Serviços	2	3,9
Administração	0,7	2,9
Educação	1	2,3
Saúde e Acção Social	0,5	0,8
Total	100	100

Fonte: INE (2006)

Tabela 2: Distribuição percentual da população ocupada por ramos de actividade, segundo características seleccionadas, Moçambique 2014/15

Ramos de Actividade	Mulheres	Homens
Agricultura, Silvicultura e Pesca	83,1	65,1
Indústria extractiva e minas	0	0,9
Indústria Transformadora	1,5	4,6
Energia	0	0,1
Construção	0	0,2
Transporte e Comunicações	0,1	2,4
Comércio e Finanças	8,5	9,4
Serviços administrativos	0,9	2,8
Outros Serviços	5,8	14,5

### 3. Metodologia

Apesar de não ter sido possível encontrar estudos que tentavam identificar empiricamente os determinantes da participação da mulher na força de trabalho em Moçambique, estudos realizados para outros países, incluindo alguns dos países membros da SADC apresentaram importantes resultados. Para os Países da OECD<sup>4</sup>, Jaumotte (2003) concluiu que apesar do sistema fiscal e as políticas de reconciliação entre trabalho e família poderem ter um impacto significativo na participação feminina na força de trabalho, a educação da mulher, o bom funcionamento do mercado (que é traduzido numa taxa de desemprego baixa) e factores culturais continuam sendo os principais determinantes da participação feminina na força de trabalho. Para o caso do Gana, Ackah et. al (2009) concluíram que tanto o nível educacional da mulher como a fertilidade determinam a participação da mulher na força de trabalho. Para a África do Sul, Yakubu (2010) obteve resultados que mostraram que no geral a participação da mulher na força de trabalho aumenta com o aumento do nível de educação da mulher. Para o caso do Botswana, os resultados obtidos por Siphambane e Motswapong (2010) mostraram que a educação e ser chefe do agregado familiar tinham impactos positivos enquanto o casamento tinha um impacto negativo na participação feminina no mercado de trabalho. Os resultados mostraram ainda que se a mulher vivesse numa área urbana era mais provável que ela participasse no mercado de trabalho do que vivendo numa área rural. Ao considerar o caso da Swazilândia, Oluwaseyi (2013) encontrou resultados que mostravam que a educação, idade, o estado civil e o nível de rendimento tiveram um papel importante na determinação do nível de participação feminina na força de trabalho em 2006/07. Sorsa et. al (2015) concluíram que em contraste com outros países das BRICS<sup>5</sup> e OECD, na Índia a educação e as vantagens advindas dela eram negativamente correlacionadas com a participação feminina força de trabalho e que factores sociais e culturais continuavam sendo os principais factores que faziam com que as mulheres permanecessem fora da força de trabalho. Para

<sup>4</sup> *Organization for Economic Co-operation and Development*. Em Português: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (tradução livre).

<sup>5</sup> Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

o caso da Zâmbia, Sankwa (2016) obteve resultados que sugeriam que a idade, o nível de educação, a posseção de um lote de terra, ter filhos com menos de cinco anos de idade e a religião eram determinantes da participação da mulher na força de trabalho em 2014.

Com base nas discussões anteriores, este estudo procura identificar os determinantes da participação da mulher na força de trabalho, assumindo que a decisão da mulher de participar na força de trabalho é uma escolha binominal. Assim sendo, é aplicada a regressão *probit*, como foi usada em outros estudos sobre participação da mulher na força de trabalho como por exemplo Phipps (1993), Naqvi e Shahnaz (2002), Sorsa et al. (2015) e Sinha et al. (2017). Assim sendo,  $Y_1^*$  será uma variável que expressa a probabilidade da mulher participar na força de trabalho, isto é:

$$Y_1^* = \alpha + X\beta + \varepsilon_1 \quad (1)$$

Uma vez que só é possível observar se a mulher participou ou não na força de trabalho, assume-se que:

$$y_{1i} = \begin{cases} 0 & \text{if } y_1^* \leq 0 \\ 1 & \text{if } y_1^* > 0 \end{cases}$$

onde  $X$  é o vector de variáveis estabelecidas como possíveis determinantes da participação da mulher na força de trabalho em Moçambique e  $\varepsilon_1$  é o termo de erro.

O vector que congrega as variáveis estabelecidas como determinantes da participação da mulher na força de trabalho é composto pelo rendimento, a idade da mulher, o número de crianças no agregado familiar, chefia do agregado familiar, o nível de educação da mulher, o estado civil e a província na qual a mulher habita. A tabela 3 descreve as variáveis usadas nas regressões.

Tabela 3: Descrição das variáveis usadas

Variáveis	Descrição
inlf	Participação da mulher na força de trabalho
Cons	Consumo (como proxy do rendimento)
educ_levels	Níveis de educação
Idade	Idade
Idade2	Quadrado da variável idade
Chefe_af	Chefe do agregado familiar
clt6	Número de crianças no agregado familiar com menos de 6 anos de idade
cl15	Número de crianças no agregado familiar com idade entre 6 e 14 anos
estadocivil	Estado civil da mulher
prov_rur	Intersecção entre província e zona (urbana ou rural) onde a mulher habita

No presente estudo, o consumo foi usado como *proxy* do rendimento. Espera-se que o rendimento do agregado familiar da mulher afecte a sua participação na força de trabalho. No entanto, é razoável assumir que o trabalho da mulher afecte o rendimento do seu agregado familiar. Isto é, há uma casualidade reversa. Devido a este problema recorreu-se ao uso de uma variável instrumental. Uma vez que geralmente as pessoas que vivem numa dada área de residência, tem mais ou menos o mesmo estilo de vida e o seu rendimento (ou consumo) não difere muito, a variável instrumental introduzida (*cons\_mean\_weighted\_area*) é igual a média pesada do consumo da área de residência em que a mulher habita, excluindo o consumo do agregado familiar de que ela faz parte. Uma vez que ao calcular a média do consumo não incluímos o consumo do agregado familiar em causa, espera-se que se resolva o problema de endogenidade. ~

#### 4. Dados

A estimação da equação (5.1) usou dados que foram extraídos do Inquérito sobre o Orçamento Familiar 2014/15 (IOF 14/15) realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Segundo o

Instituto Nacional de Estatística (2015), foram seleccionados 11628 agregados familiares, distribuídos proporcionalmente pelas províncias do país. Destes agregados, 6380 eram de áreas urbanas e 5248 de áreas rurais. Dos 11628 agregados previamente seleccionados, registou-se uma cobertura real de 98,7%, 89,1% e 91,3% no Iº, IIº e IV trimestres<sup>6</sup>, respectivamente. A subamostra das mulheres, usada no presente trabalho, é composta por 46796 mulheres, com pelo menos 15 anos de idade. A tabela A1, em anexo, apresenta o sumário estatístico das variáveis incluídas no modelo.

A tabela A1, em anexo, mostra que 77,91% das mulheres reportou ter participado na força de trabalho, em qualquer tipo de actividade. 12,69% das mulheres desempenhou algum tipo de actividade não agrícolas e 4,98% das mulheres teve um trabalho formal. A mesma tabela mostra que 43,80% das mulheres da amostra não completaram nenhum nível de educação. 28,92% das mulheres da amostra completaram apenas o 1º ciclo do ensino primário (5ª classe) e 11,13% completaram o 2º ciclo do ensino primário (7ª classe). 10,35% das mulheres da amostra completaram o 1º grau do ensino secundário (10ª classe) e 4,51% completaram o 2º grau do ensino secundário (12ª classe). Apenas 1,29% das mulheres da amostra possuem nível superior.

## 5. Resultados

A tabela A2, em anexo, mostra a primeira fase da estimação da variável instrumental. Nesta tabela é possível verificar que o coeficiente associado a variável instrumental é significativo e que a estatística F é superior a 10, o que sugere que o instrumento usado é adequado. A tabela A3, em anexo, mostra a segunda fase da estimação. Pelo teste de Wald<sup>7</sup> é possível verificar que a hipótese nula de exogenidade é rejeitada, o que justifica o uso da variável instrumental. A tabela 4 mostra os efeitos marginais. O que difere o Modelo I do I.a é o facto de ter sido usada a variável instrumental no modelo I.

---

<sup>6</sup> Estava previsto que o inquérito fosse realizado durante quatro trimestres mas no terceiro trimestre não foi possível realiza-lo.

<sup>7</sup> Wald test of exogeneity (corr = 0):  $\chi^2(1) = 15.61$  Prob >  $\chi^2 = 0.0001$

A tabela 4 mostra que o rendimento e participação da mulher na força de trabalho têm uma relação estatística negativa. A tabela mostra ainda que o nível de educação da mulher e a participação da mulher na força de trabalho têm uma relação estatística positiva. Níveis mais altos de educação estão associados a probabilidades mais altas de participação da mulher na força de trabalho. É possível verificar a mulher ter o nível superior de educação está associado a um aumento da probabilidade de participar na força de trabalho de 90%. O resultado obtido é consistente com a teoria do capital humano, segundo a qual há uma forte correlação entre o nível de educação e a participação feminina na força de trabalho (Oluwaseyi, 2013). Este resultado também consistente com os resultados obtidos em estudos anteriores realizados para outros países da SADC como Yakubu (2010) – África do Sul, Siphambe e Motswapong (2010) - Botswana, Oluwaseyi (2013) - Swazilândia e Sankwa (2016) - Zâmbia. O resultado mostra a importância do investimento em capital humano.

É também possível verificar que aumento da idade da mulher, ter a chefia do agregado familiar e a presença de crianças com menos de 6 anos no agregado familiar têm uma relação estatística positiva com a participação da mulher na força de trabalho. O aumento de um ano de idade da mulher está estatisticamente associado a um aumento da probabilidade dela participar na força de trabalho de 0,02. Haver mais uma criança com menos de 6 anos de idade no agregado familiar em que a mulher vive está estatisticamente associado a um aumento da probabilidade dela participar na força de trabalho de 0,01. Se a mulher for chefe do agregado familiar, a probabilidade dela participar na força de trabalho aumenta em 0,58. O efeito positivo da idade na participação da mulher na força de trabalho foi também obtido nos estudos realizados na Swazilândia (Oluwaseyi, 2013) e na Zâmbia (Sankwa, 2016) e o efeito positivo de ser chefe do agregado familiar foi também obtido por Siphambe e Motswapong (2010) para o Botswana. O efeito positivo obtido na relação entre o número de crianças presentes no agregado familiar com menos de 6 anos de idade e a participação da mulher na força do trabalho pode significar que em Moçambique não é muito difícil ter acesso a serviços de cuidados infantis, como centros infantis, creches, e babás ou que as mulheres tem a possibilidade de deixar as crianças com outros familiares.

É ainda possível verificar que é menos provável que a mulher participe na força de trabalho se ela for solteira do que se ela for casada, estiver em união marital, divorciada ou separada ou se ela for

viúva. Para a Swazilândia e para o Botswana, os resultados mostraram que era mais provável que a mulher participasse na força de trabalho se ela fosse solteira do que se ela fosse casada (Oluwaseyi, 2013 e Siphambe e Motswapong, 2010).

Tabela 4: Resultados de Estimação

Variáveis Independentes	Variável dependente: inlf			
	Modelo I		Modelo I.a	
	dy/dx	Std err	dy/dx	Std err
Rendimento	-0,001	0,00	-0,00006	0,00
educ_levels				
Primário (1º ciclo)	0,36***	0,03	0,08***	0,01
Primário (2º ciclo)	0,23***	0,03	0,05***	0,01
Secundário (1º grau)	0,16***	0,03	0,03***	0,01
Secundário (2º grau)	0,36***	0,05	0,07***	0,01
Superior	0,90***	0,09	0,11***	0,01
Idade	0,02***	0,00	0,01***	0,00
clt6	0,01*	0,00	0,003***	0,00
clt15	0,00	0,00	0,00	0,00
chefe_af	0,58***	0,04	0,13	0,01
estadocivil				
Casada	0,6***	0,04	0,15***	0,01
União Marital	0,58***	0,03	0,15***	0,01
Divorciada/Separada	0,34***	0,04	0,09***	0,01
Viúva	0,18***	0,05	0,05***	0,01
Efeitos fixos regionais	sim		sim	

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do IOF 14/15

Notas: inlf= participação da mulher na força de trabalho, educ\_levels= níveis de educação, idade= idade da mulher (medida em anos), clt6= número de crianças com menos de seis anos de idade presentes no agregado familiar,

clt15= número de crianças com idade entre seis anos e 14 anos presentes no agregado familiar, chefe\_af= chefe do agregado familiar. \*\*\* $p < 0,01$ , \*\* $p < 0,05$ , \* $p < 0,1$

## 6. Conclusões

O presente artigo teve como objectivo principal identificar os principais determinantes da participação da mulher na força de trabalho em Moçambique. Foi usado o modelo *probit* e as variáveis explicativas incluídas no modelo foram: o rendimento, a idade da mulher, o número de crianças no agregado familiar, chefia do agregado familiar, o nível de educação da mulher, o estado civil e a província na qual a mulher habita.

A primeira limitação do presente estudo foi o facto de não existirem, nos dados usados, dados sobre a religião e a etnia da mulher. Outra limitação do presente estudo foi de só ser possível ter o número de crianças presentes no agregado familiar e não necessariamente o número de filhos da mulher em causa. Seria interessante analisar se no país existem factores culturais, religiosos que influenciam a participação das mulheres na força de trabalho, bem como analisar a relação entre fertilidade e participação da mulher na força de trabalho.

O nível de educação da mulher e a participação da mulher na força de trabalho têm uma relação estatística significativa e positiva. Níveis mais altos de educação estão associados a probabilidades mais altas de participação da mulher na força de trabalho. Estes resultados são consistentes com a teoria do capital humano e com estudos anteriores realizados. Os mesmos resultados enfatizam a importância do ingresso e permanência das mulheres na escola. Há uma relação positiva entre a mulher ser chefe do agregado familiar e participar na força de trabalho. Este efeito foi também verificado por Siphambe e Motswapong (2010), ao estudar o caso do Botswana.

O rendimento do agregado tem uma relação estatisticamente significativa e negativa com a participação da mulher na força de trabalho. A presença de crianças com menos de 6 anos de idade presentes no agregado familiar tem uma relação estatística positiva com a participação da mulher na força de trabalho. Este resultado pode significar que em Moçambique não é muito difícil ter

acesso a serviços de cuidados infantis, como centros infantis, creches, e babás ou que as mulheres tem a possibilidade de deixar as crianças com outros familiares. Os resultados demonstraram que era menos provável que a mulher participasse na força de trabalho se ela fosse solteira do que se ela for casada, estivesse em união marital, divorciada ou separada ou se ela fosse viúva. Estes resultados podem também estar associados a pobreza e por consequência desta, podem estar associados a falta de opção das mulheres. Isto é, elas podem estar a trabalhar por falta de opção e não necessariamente porque elas escolhem trabalhar.

Apesar das taxa de participação feminina na força de trabalho moçambicana ser uma das mais altas da SADC, esta pinta apenas uma parte da figura que representa o emprego das mulheres. É importante perceber o tipo de emprego que as mulheres tem, a sua qualidade e segurança. A tabela 2 mostrou que 83,1% das mulheres empregadas em 2014/15 encontravam no ramo de agricultura, silvicultura e pesca. Nestas três áreas de trabalho é comum se encontrar vários membros da família (ou até mesmo a família toda) a trabalhar em conjunto. Há casos em que membros da família trabalham no negócio familiar mas sem remuneração. 44% das mulheres reportou não ter nenhum nível de educação e apenas 1% das mulheres reportou ter completo o ensino superior, assim sendo, muitas mulheres podem estar em actividades de baixa segurança e empregos com pouca ou nenhuma remuneração, por causa da falta de alternativas, advinda do seu baixo nível de escolarização e da pobreza.

Considerando os factores acima descritos, o estudo reconhece a necessidade e indica como próximo passo da análise, uma análise mais profunda das mulheres empregadas em Moçambique e das relações existentes entre a pobreza e as actividades que as mulheres exercem.

## Bibliografia

- Ackah, C., Ahiadeke, C., & Fenny, A. P. (2009). *Determinants of Female Labour Force Participation in Ghana*. Global Development .
- Banco Mundial. (2009). *Female Labor Force Participation in Turkey: Trends, Determinants and Policy Framework*. Washington D.C.: The World Bank.
- Becker, G. S. (1965). A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, 75(299), 493-517.
- Borjas, G. (2013). *Labor Economics* (6 ed.). Nova York: McGraw Hill.
- Ehrenberg, R. G., & Smith, R. S. (2012). *Modern Labor Economics: Theory and Public Policy* (11<sup>a</sup> ed.). Boston: Prentice Hall.
- Elhorst, J. P., & Zeilstra, A. S. (2007). Labour Force Participation Rates at the Regional and National Levels of the European Union: An Integrated Analysis. *Papers in Regional Science*, 86(4), 525-549.
- Forgha, N. G., & Mbella, M. E. (2016). The Implications of Female Labour Force Participation on Economic Growth in Cameroon. *International Journal of Development and Economic Sustainability*, 4(1), 34-47.
- INE. (2006). *Inquérito Integrado a Força do Trabalho (IFTRAB 2004/05) - Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2016). *Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/5 - Relatório do Módulo da Força de Trabalho*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF - 2014/15*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Jaumotte, F. (2003). *Female Labour Force Participation: Past Trends and Main Determinants in OECD Countries*. OECD Economics Department. OECD Publishing.
- Killingsworth, M. R., & Heckman, J. J. (1986). Female Labor Supply: A Survey. Em O. Ashenfelter, & R. Layard, *Handbook of Labor Economics* (Vol. 1, pp. 103-204). Elsevier Science Publishers.
- Mincer, J. (1962). Labor Force Participation of Married Women: A Study of Labor Supply. Em *Aspects of Labour Economics* (pp. 63-105). Princeton University Press.

- Munoz, B. R. (2007). *Determinants of Female Labor Force Participation in Venezuela: A Cross-sectional Analysis*. University of South Florida. Florida: Graduate Theses and Dissertations. Obtido em 26 de 05 de 2017, de <http://scholarcommons.usf.edu/etd/2340>
- Naqvi, Z. F., & Shahnaz, L. (2002). How do women decide to work in Pakistan? *The Pakistan Development Review*, 495-513.
- Oluwaseyi, S. D. (2013). Determinants of Female Labour Force Participation in Swaziland. *European Journal of Applied Suocial Sciences Research*, 1(2), 58-66.
- Phipps, S. (1993). *Determinants of Women's Labour-Force Participation: An Econometric Analysis for Five Countries*. Luxembourg Income Study Workin Paper Series, Halifax.
- Sankwa, C. (2016). *Determinants of Female Labour Force Participation in Zambia: A Micro Data Analysis*. Maters Dissertation, Lusaka.
- Sinha, M., Sengupta, D., Roy, O., Banerjee, J., & Sengupta, P. P. (2017). Determinants of Participation of Women in Labour Market: An Empirical Evidence from Nadia district of West Bengal in India. *Man in India*, 97(2), 239-255.
- Siphambe, H., & Motswapong, M. (2010). Female Participation in the Labour Markrt of Botswana: Results from the 2005/06 Labour Force Survey Data. *Botswana Journal of Economics*, 7(11), 65-78.
- Sorsa, P., Mares, J., Didier, M., Guimaraes, C., Rabate, M., Tang, G., & Tuske, A. (2015). *Determinants of the Low Female Labour Force Participation in India*. Organisation for Economic Co-operation and Development (, Economics Department. OECD.
- Verick, S. (2014). *Female Labour Force Participation in Developing Countries*. Iza World of Labor.
- WDI. (1 de Novembro de 2017). *World Development Indicators*. Obtido de <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators>
- Yakubu, Y. A. (November de 2010). Factors Infuencing Female Labor Force Participation in South Africa in 2008. *The African Statistical Journal*, 11, 85-104.
- Zeilstra, A. S. (2008). *Regional Labour Markets in a Cross-country Prespective*. Enschede: PrintPaterbs Ipskamp B.V.

## Anexos

Tabela A1: Sumário

Estatístico

Variável	Nº de Obs.	Média	Desvio- padrão	Mínimo	Máximo
inlf	46796	0,78	0,41	0	1
cons	46796	52,84	108,97	0,50	12012,25
cons_mean_weighted_area	46796	52,85	65,42	7,19	1634,69
Nenhum nível	46796	0,44	0,50	0	1
Primário (1º ciclo)	46796	0,29	0,45	0	1
Primário (2º ciclo)	46796	0,11	0,31	0	1
Secundário (1º grau)	46796	0,10	0,30	0	1
Secundário (2º grau)	46796	0,05	0,21	0	1
Superior	46796	0,01	0,11	0	1
Idade	46795	35,095	16,358	15	99
Clt6	46796	2,30	2,73	0	23
Clt15	46796	3,16	3,59	0	36
Chefe_af	46796	0,21	0,41	0	1
Niassa urb	46779	0,01	0,12	0	1
Niassa rural	46779	0,04	0,20	0	1
Cabo Delgado urb	46779	0,02	0,13	0	1
Cabo Delgado rural	46779	0,05	0,23	0	1
Nampula urb	46779	0,06	0,24	0	1
Nampula rural	46779	0,12	0,32	0	1
Zambézia urb	46779	0,04	0,19	0	1
Zambézia rural	46779	0,14	0,35	0	1
Tete urb	46779	0,01	0,12	0	1
Tete rural	46779	0,08	0,27	0	1
Manica urb	46779	0,02	0,13	0	1
Manica rural	46779	0,06	0,23	0	1

Sofala urb	46779	0,03	0,17	0	1
Sofala rural	46779	0,05	0,22	0	1
Inhambane urb	46779	0,02	0,13	0	1
Inhambane rural	46779	0,05	0,22	0	1
Gaza urb	46779	0,02	0,13	0	1
Gaza rural	46779	0,05	0,21	0	1
Maputo Província Urb	46779	0,06	0,23	0	1
Maputo Província rural	46779	0,02	0,15	0	1
Maputo Cidade	46779	0,06	0,24	0	1
Solteira	46796	0,20	0,40	0	1
Casada	46796	0,11	0,32	0	1
União Marital	46796	0,50	0,50	0	1
Divorciada/Separada	46796	0,08	0,28	0	1
Viúva	46796	0,11	0,31	0	1

---

Notas: inlf= PMFT, nonagricultural= trabalhos não agrários, formal= trabalho formal, educ\_levels= níveis de educação, clt6 = número de crianças com menos de seis anos de idade presentes no agregado familiar, clt15 = número de crianças com idade entre seis anos e 14 anos presentes no agregado familiar, chefe\_af= chefe do agregado familiar

Tabela A2: Primeira fase da estimação

Variáveis Independentes	Variável dependente: cons	
	coef	std. Err
cons_mean_weighted_area	0,81	0,06
educ_levels		
Primário (1º ciclo)	3,00	0,79
Primário (2º ciclo)	8,83	1,36
Secundário (1º grau)	19,20	1,86
Secundário (2º grau)	34,40	3,57
Superior	163,91	19,06
Idade	0,58	0,11
Idade2	0,00	0,00
clt6	-2,58	0,23
clt15	-1,97	0,21
chefe_af	6,76	2,30
prov_rur		
Niassa urb	-14,83	5,06
Niassa rural	-6,90	4,30
Cabo Delgado urb	-8,97	4,64
Cabo Delgado rural	-6,46	3,86
Nampula urb	-12,12	6,02
Nampula rural	-7,00	4,20
Zambézia urb	-13,45	4,42
Zambézia rural	-4,71	4,05
Tete urb	-10,97	5,25
Tete rural	0,02	3,62
Manica urb	-5,24	3,68
Manica rural	10,53	3,87
Sofala urb	1,18	3,85
Sofala rural	13,66	4,41

Inhambane urb	-3,02	4,44
Inhambane rural	3,21	4,09
Gaza urb	-0,13	4,30
Gaza rural	7,07	4,22
Maputo Província Urb	0,75	3,95
Maputo Província rural	3,10	6,21
Casada	16,12	2,68
União Marital	8,12	1,26
Divorciada/Separada	-0,08	2,08
Viúva	-0,54	2,45
<hr/>		
F	76,17	
Obs.	46778	
<hr/>		

Tabela A3: Segunda Fase da Estimação

Variáveis Independentes	Variável dependente: inlf	
	coef	std. Err
cr_ts_it	-0,001	0,00
educ_levels		
Primário (1º grau)	0,36	0,02
Primário (2º grau)	0,23	0,03
Secundário (1º ciclo)	0,16	0,03
Secundário (2º ciclo)	0,36	0,04
Superior	0,90	0,07
idade	0,09	0,00
c.idade#c.idade	0,00	0,00
clt6	0,01	0,00
clt15	0,00	0,00
chefe_af	0,58	0,03
prov_rur		
Niassa urb	-0,32	0,05
Niassa rural	0,65	0,05
Cabo Delgado urb	-0,30	0,04
Cabo Delgado rural	0,80	0,05
Nampula urb	-0,21	0,04
Nampula rural	0,67	0,04
Zambézia urb	0,09	0,04
Zambézia rural	0,87	0,04
Tete urb	-0,38	0,04
Tete rural	1,04	0,05
Manica urb	0,11	0,04
Manica rural	0,89	0,04
Sofala urb	-0,06	0,03
Sofala rural	0,93	0,05

Inhambane urb	0,07	0,04
Inhambane rural	0,60	0,05
Gaza urb	0,23	0,04
Gaza rural	0,82	0,05
Maputo Província Urb	0,12	0,03
Maputo Província rural	0,46	0,04
estadocivil		
Casada	0,60	0,04
União Marital	0,58	0,02
Divorciada/Separada	0,34	0,04
Viúva	0,18	0,04
F	142,23	
Obs.	46778	

Tabela A4: Resultados de Estimação

Variáveis Independentes	Variável dependente: inlf			
	Modelo I		Modelo I.a	
	dy/dx	Std err	dy/dx	Std err
Rendimento	-0,001	0,00	-0,000	0,00
educ_levels				
Primário (1º ciclo)	0,36	0,03	0,08	0,01
Primário (2º ciclo)	0,23	0,03	0,05	0,01
Secundário (1º grau)	0,16	0,03	0,03	0,01
Secundário (2º grau)	0,36	0,05	0,07	0,01
Superior	0,90	0,09	0,11	0,01
Idade	0,02	0,00	0,01	0,00
clt6	0,01	0,00	0,00	0,00
clt15	0,00	0,00	0,00	0,00
chefe_af	0,58	0,04	0,13	0,01
prov_rur				
Niassa - Zona Urbana	-0,32	0,06	-0,08	0,02
Niassa - Zona Rural	0,65	0,06	0,20	0,01
Cabo Delgado - Z. Urbana	-0,30	0,55	-0,07	0,01
Cabo Delgado - Z. Rural	0,08	0,08	0,23	0,01
Nampula - Zona Urbana	-0,21	0,05	-0,04	0,01
Nampula - Zona Rural	0,67	0,58	0,21	0,01
Zambézia - Zona Urbana	0,09	0,55	0,06	0,01
Zambézia - Zona Rural	0,87	0,06	0,24	0,01
Tete - Zona Urbana	-0,38	0,06	-0,11	0,01
Tete - Zona Rural	1,04	0,65	0,27	0,01
Manica - Zona Urbana	0,11	0,05	0,05	0,01
Manica - Zona Rural	0,89	0,61	0,24	0,01
Sofala - Zona Urbana	-0,06	0,05	-0,01	0,01
Sofala - Zona Rural	0,93	0,06	0,25	0,01

Inhambane - Zona Urbana	0,07	0,05	0,04	0,01
Inhambane - Zona Rural	0,60	0,06	0,19	0,01
Gaza - Zona Urbana	0,23	0,05	0,09	0,01
Gaza - Zona Rural	0,82	0,07	0,23	0,01
Maputo Província - Z. Urbana	0,12	0,04	0,05	0,01
Maputo Província - Z. Rural	0,46	0,06	0,15	0,01
Maputo Cidade				
estadocivil				
Solteira				
Casada	0,60	0,04	0,15	0,01
União Marital	0,58	0,03	0,15	0,01
Divorciada/Separada	0,34	0,04	0,09	0,01
Viúva	0,18	0,05	0,05	0,01

Fonte: Cálculos da autora com base nos dados do IOF 14/15

Notas: inlf= participação da mulher na força de trabalho, educ\_levels= níveis de educação, idade= idade da mulher (medida em anos), clt6= número de crianças com menos de seis anos de idade presentes no agregado familiar, clt15= número de crianças com idade entre seis anos e 14 anos presentes no agregado familiar, chefe\_af= chefe do agregado familiar, prov\_rur= intersecção entre província e zona (rural ou urbana)